



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2020

(do dep. Júlio Delgado)

Requer, informações ao Ministro do Meio Ambiente acerca do índice de áreas desmatadas após pesquisas do INPE, nos últimos dois anos, dentre outras.

Senhor Presidente.

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 50 §2º da Constituição Federal e Art. 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações acerca do desmatamento no Brasil ocorrido, nos últimos dois anos, após as pesquisas realizadas pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em conjunto com outros órgãos, discriminando assim:

1. Área de abrangência do desmatamento no Brasil;
2. Causas do desmatamento;
3. Identificação das áreas públicas e privadas, bem como os proprietários dessas áreas, com os respectivos CPFs ou CNPJs.
4. Descrição de substâncias e produtos explorados nessas regiões

JUSTIFICATIVA

O pedido de informação ao Ministério do Meio Ambiente vai de encontro às declarações efetuadas em divulgação do vídeo, pelos meios de comunicação da reunião ministerial do dia 22/04/2020, em que o Excelentíssimo Ministro de Estado, Ricardo Salles, discursa:

“Nós temos a possibilidade nesse momento que a atenção da imprensa tá voltada exclusiva ... quase que exclusivamente pro COVID”;

“A oportunidade que nós temos, que a imprensa não tá ... tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, ... a segurança jurídica, da previsibilidade, da simplificação, essa ... grande parte dessa matéria ela se dá em portarias e norma dos ministérios que aqui estão, inclusive o de Meio Ambiente. E que são muito





CÂMARA DOS DEPUTADOS

difíceis, e nesse aspecto eu acho que o Meio Ambiente é o mais difícil, de passar qualquer mudança infralegal em termos de infraestrutura ... e ... é ... instrução normativa e portaria, porque tudo que a gente faz é pau no judiciário, no dia seguinte. Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam ... é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos...”

Destaca-se que o Brasil, possui a segunda maior cobertura vegetal do planeta, entretanto, também é um dos campeões de desflorestamento. Assim, pela importância das florestas brasileiras ao ecossistema, o cenário do país passou a ser uma pauta global de meio ambiente. Sabendo que as florestas são os meios vitais para a sobrevivência da humanidade como a purificação do ar e da água, esse desmatamento coloca em risco a humanidade, bem como a diversidade biológica mundial.

Ressalta -se que, de acordo com as Nações Unidas, a degradação de florestas é a principal fonte de emissões de carbono de países em desenvolvimento e menos desenvolvidos – 35% e 65% das emissões de carbono, respectivamente. Os dados apresentados em um estudo da FAO (State of Forests), entre 2010 a 2015, a área de floresta natural no mundo diminuiu 6,5 milhões de hectares por ano. De acordo com os dados apresentados pela Global Forest Watch, o Brasil perdeu 53.8 milhões de hectares de cobertura arbórea entre 2001 e 2018. Isso significa uma redução de 10% da área florestal desde 2000, o período, estima-se que 66% desta perda ocorreu devido a fatores de urbanização e de agropecuária para fins comerciais.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) é vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e que desde 1988, faz o monitoramento dos diversos biomas nacionais. Ainda assim, o principal projeto do Instituto está relacionado ao monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal. Por meio dos sistemas PRODES (Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira) e DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), o instituto



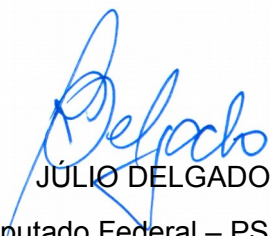


CÂMARA DOS DEPUTADOS

gera taxas de desmatamento anual e alertas diários de fiscalização da Amazônia respectivamente.

Portanto, sabe-se que há um aumento significativo de área desmatada a partir de 2018, dado este que solicito as informações detalhadas por meio desse requerimento.

Brasília, 25 de maio de 2020


JÚLIO DELGADO
Deputado Federal – PSB/MG

